

Termo de Referência 5/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	200344-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- SE	ANDRE FERNANDES BRITTO	23/06/2024 20:45 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90028/2023	08520.001985 /2023-28

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos e especializados de manutenção preventiva e corretiva das embarcações da flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE e seus equipamentos e acessórios, com fornecimento de peças, ferramentas, materiais, insumos e equipamentos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição	CATSER - CATMAT	Unidade de medida	Quantidade /ano	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Serviço de manutenção especializada preventiva e corretiva de embarcações, acessórios e equipamentos	16306	Hora de Serviço	400	400,00	160.000,00
	02	Fornecimento de Peças, equipamentos, insumos e acessórios náuticos e de manutenção naval	10568	Peças variadas	Diversas	160.000,00	160.000,00
		TOTAL					320.000,00

- 1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, pois são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de sessenta (60) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de cento e vinte (120) meses na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que são considerados imprescindíveis para o pleno desempenho das atribuições típicas de polícia marítima e que, se interrompidos, comprometerão a segurança e a continuidade satisfatória da prestação do serviço público, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5 Os serviços a serem contratados não se enquadram nos pressupostos do Art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, cuja execução indireta é vedada.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 Os serviços a serem contratados não possuem dedicação exclusiva de mão-de-obra.

1.8 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração da contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000009/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III) Id do item no PCA: 125 - Serviço de manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos e 126 - Embarcações Pequenas.

IV) Classe/Grupo: 16306/871 e 17605/1940;

V) Identificador da Futura Contratação: 200344-90008/2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Contratação de serviços contínuos e especializados de manutenção preventiva e corretiva das embarcações da flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE e seus equipamentos e acessórios, com fornecimento de peças, ferramentas, materiais, insumos e equipamentos.

Os pré-requisitos da contratação estão previstos no item 4.

Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada e sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, sendo considerados imprescindíveis para o pleno desempenho das atribuições típicas de polícia marítima e que, se interrompidos, comprometerão a segurança e a continuidade satisfatória da prestação do serviço público.

Considerando que trata-se de contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão-de-obra não será exigida garantia contratual.

O prazo de contratação será de sessenta (60) meses, após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de cento e vinte (120) meses.

A manutenção abrangerá serviços de inspeção ou conserto nas áreas de: mecânica, elétrica, eletrônica, fibra de vidro, flexíveis (hialon ou PVC) e pintura, bem como conserto, regulagem e configuração de equipamentos de navegação e comunicação (radar, sonar ecobatímetro, GPS, rádio e antenas).

É admitida a subcontratação do objeto contratual para fins de manutenção dos motores de popa Yamaha e equipamentos sofisticados de navegação/comunicação/elétricos (radar, sonar ecobatímetro, GPS, rádio e gerador) e outros que requeiram mão de obra especializada, após a análise prévia e autorização por parte da Administração, que analisará relatório técnico encaminhado pela contratada e se manifestará sobre a conveniência ou não da sub-contratação.

Os serviços subcontratados serão de responsabilidade da Contratada, bem como seu gerenciamento e atesto de garantia.

Entende-se como equipamentos e acessórios das embarcações: as carretas rodoviárias ou de rodoencalhe, motores, rabetas, transom, flap's, hélices, baterias, quadros e chaves elétricas, carregadores/conversores elétricos inteligentes, gerador, boiler, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, sistemas de: navegação, som, direção, exaustão, iluminação, ventilação, hidráulicos, ancoragem, escapamento, trim, peças de atracação (olhais, cordas, bóias, correntes, guinchos, âncoras, defensas, mosquetões,

trincos, mancais, ganchos, cunhos, dobradiça, manilha, abraçadeira, alça, amortecedor, fechaduras, destorcedores) e Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

A contratada deverá disponibilizar todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, tais como: lubrificantes, graxas, anticorrosivos, correias, componentes, colas, vedantes, solventes, tintas, ceras, lixas, pincéis, lona plástica de isolamento para pintura, protetores para limpeza de motores, anodos, filtros, tubos, detergentes, dentre outros inerentes à manutenção da embarcação e necessários ao pleno funcionamento da flotilha, bem como todas as ferramentas e equipamentos necessários para realização desses serviços.

A Contratada deverá apresentar Termo de Ciência e Termo de Manutenção de Sigilo das informações obtidas, quando da assinatura do Contrato em atendimento aos requisitos de segurança e privacidade.

O serviço será prestado, preferencialmente, nos seguintes endereços onde estão guardadas as embarcações:

- a) Marina Vila Goré, situada na Rodovia Ayrton Senna, 2350, Lote 05, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49.008-725;
- b) Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB, Porto de Sergipe, Rodovia SE 266, Km 22, s/nº, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000.

No caso de sinistro emergencial com impossibilidade de remoção da embarcação para os endereços acima citados, a contratada deverá realizar a manutenção corretiva necessária à restauração da condição de navegabilidade das embarcações, onde estas estiverem.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços e das embarcações é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, sendo comprovado por Atestado de Vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações e embarcações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços e das embarcações, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para cada prestação de serviço de manutenção solicitado pela contratante, a empresa contratada deverá submeter à autorização do fiscal do contrato o orçamento prévio, discriminando o tipo de serviço a ser realizado, o tempo homem/hora empregado (mão de obra), bem como as peças, acessórios e insumos necessários, com os respectivos valores a serem faturados.

As manutenções serão autorizadas mediante emissão de Ordem de Serviço pelo Fiscal do Contrato lotado no GEPOM/DREX/SR/PF/SE em consonância com o plano de manutenção das embarcações e motores recomendado pelos fabricantes, bem como pela necessidade de serviços de natureza corretiva visando restabelecer as condições normais de navegabilidade e operação segura da flotilha.

O fiscal do contrato poderá questionar e não aceitar os preços das peças e insumos cujos valores estejam incompatíveis com os de mercado, baseado em pesquisa ampla de preços.

A rotina de trabalho será planejada pela empresa contratada e apresentada ao fiscal de Contrato, somente após aprovação deste os trabalhos serão iniciados.

Os serviços devem ser prestados de forma imediata após a assinatura do contrato, da seguinte forma:

Serviços de Manutenção Preventiva:

A Contratada deverá apresentar, logo após a assinatura do contrato e da vistoria prévia, Plano de Manutenção prevendo os serviços, peças, mão-de-obra, etc, de acordo com as recomendações do fabricante contidas nos manuais das embarcações, bem como segundo diretrizes técnicas e demais inspeções determinadas pela Administração.

Os serviços de manutenção preventiva ocorrerão sempre nos intervalos regulares de acordo com as recomendações do fabricante, compreendendo basicamente a substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como óleo, elementos do filtro, correias, limpeza de casco com raspagem de fundo para remoção de cracas e algas, passadiço, lubrificações, etc, conforme relação a seguir que não é exaustiva:

Rotinas de Manutenção preventiva:

- a) Manutenção de casco em doca seca e, se necessário, fazer a raspagem das obras vivas das embarcações;
- b) Manutenção das cabines, estofados, partes exteriores, capotas e metais de atracação;
- c) Manutenção do deck em madeira, fibra, cromados e metais;
- d) Polimento com cera para o casco;
- e) Troca (quando necessária) e polimento do hélice;
- f) Manutenção do nível de óleo do motor e outros;
- g) Verificação das luzes de bordo e equipamentos elétricos;
- h) Verificação da carga das baterias;
- i) Manutenção dos porões e da casa de máquinas;
- j) Lubrificação de rodas e eixos de carretas;
- k) Manutenção do sistema de ar condicionado, caso existente;
- l) Verificar as aspirações, ralos e anodos de zinco e outros julgados necessários;
- m) Manutenção nas vigias e vedações, limpadores de pára-brisa, esquadrias e atracadores;

- n) Executar troca de lâmpadas, conserto em sirene, troca de cabos elétricos, baterias e outros equipamentos;
- o) Observar o vencimento dos materiais de salvatagem, atracação e de segurança e informar ao fiscal do contrato;
- p) Desmontar e verificar o eixo dos hélices do motor e se necessário, lavar com detergente neutro e lubrificar.

Serviços de Manutenção Corretiva:

Constatada qualquer discrepância nas embarcações que as torne não navegáveis em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima (NORMAN - Marinha do Brasil) ou que cause o mau funcionamento de quaisquer dos equipamentos presentes nas embarcações ou quebra de componentes, desgastes prematuros, colisões, etc. ou mesmo algumas adaptações que permitam uma melhor e mais adequada utilização das mesmas em atividades táticas, de mergulho e de tiro embarcado, constatadas desde a vistoria inicial ou, excepcionalmente, ao longo da execução do contrato, a Contratada deverá providenciar sua correção, após aprovação do orçamento pela contratante.

Como MANUTENÇÃO CORRETIVA a Contratada deverá realizar as ações elencadas a seguir, cuja relação não é exaustiva:

- a) Reparos nos cascos, estruturas e coberturas das embarcações para sanar danos provenientes de choques mecânicos;
- b) Reparos na parte elétrica, incluindo Gerador, nos indicadores do Painel de comando, no sistema de rádio, radar e de navegação;
- c) Reparos nos motores de propulsão conforme diretrizes dos fabricantes, incluindo toda a parte mecânica e hélices;
- d) Reparos no sistema de ar condicionado (caso existente), incluindo limpeza ou substituição dos filtros;
- e) Carga em baterias elétricas ou substituição das mesmas;
- f) Reparos nos sistemas de bombeamento de água salgada e doce;
- g) Substituição, caso necessário, de filtros, fluidos e lubrificantes;
- h) Reparos em vazamento de combustíveis e óleos lubrificantes da embarcação;
- i) Reparo no verdugo de proteção lateral;
- j) Substituição de peças defeituosas das carretas Rodoviárias e de encalhe;
- m) outros reparos decorrentes de quebras ou obsolescência de equipamentos e acessórios das embarcações.

A Contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, indicar, por escrito, profissional responsável que atuará como ligação entre a contratada e o GEPOM/DREX/SR/PF/SE para o pronto acionamento da assistência, indicando telefones (fixo e móvel), endereço postal e eletrônico, sem prejuízo de outros meios.

O tempo de resposta da contratada para fins de ciência da solicitação de manutenção corretiva emanada da contratante deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

O atendimento aos chamados referentes às manutenções corretivas deverão ocorrer num prazo máximo de 72 horas e a execução do serviço no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, caso contrário a contratada deverá apresentar comprovação das razões de impossibilidade de cumprimento deste prazo.

Nos casos de atendimento previamente agendados, o funcionário da Contratada deverá obrigatoriamente estar no local onde se encontrarem as embarcações no horário combinado, evitando atrasos injustificados.

Caso a contratada não possua base operacional em Aracaju/SE, as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos funcionários designados devem ser incluídas na quantidade de horas a serem faturadas para a efetivação da prestação do serviço.

Para todos os serviços de reparos mecânicos e/ou elétricos fica estabelecida a garantia mínima de 03 (três) meses, sem limite de horas de funcionamento.

Para todos os serviços de pintura fica estabelecida a garantia mínima de 06 (seis) meses, sem limite de horas de funcionamento.

Caso a Contratada necessite remover as embarcações ou seus componentes para execução dos serviços em outro local, a remoção será realizada por conta e risco da Contratada, inclusive no que concerne aos riscos de içamento e transporte.

Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na forma a seguir estabelecida:

- a) Todas as peças, materiais e acessórios que forem utilizadas na execução dos serviços deverão ser originais do fabricante, novas e não poderão, em hipótese alguma, serem utilizadas peças reconcondicionadas, salvo em casos excepcionais, em que haja comprovação que não existe qualquer possibilidade em adquirir peças novas. Esse tipo de ocorrência deve ser analisado previamente pelo Fiscal da CONTRATANTE e os valores a serem cobrados devem ser uma fração das peças novas análogas ao caso em questão;
- b) O orçamento das peças deverá ser apresentado junto com o orçamento dos serviços;
- c) No fornecimento das peças, quando possível, a Contratada deverá apresentar amostras ou protótipo das peças a serem adquiridas, para anuência da Contratante, afastando a possibilidade do material empregado ser de má qualidade;
- d) Manter um controle por escrito de todo serviço e troca de peças (Livro de Bordo - Controle de Manutenção);
- e) A contratada deve identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante;
- e) A contratada deve refazer os serviços ou substituir peças, materiais e equipamentos considerados inadequados pela Administração, conforme recomendações do fabricante, bem como normas náuticas vigentes;
- f) É de responsabilidade da contratada a manutenção e aquisição de todo material de salvatagem bem como EPI's náuticos para uso embarcado pelos policiais do GEPOM-SE.

A Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato, juntamente com a fatura, os comprovantes da origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo, se constituindo tal exigência como pré-requisito para aposição do Atesto das Notas Fiscais/Faturas que será de responsabilidade do Fiscal do Contrato.

Para que a operação da embarcação não sofra descontinuidade, no caso de atraso justificável no fornecimento das peças,

a Contratada poderá alugar peças de reposição, tais como motor e componentes para aplicação na embarcação, desde que apresentado orçamento prévio para a devida aprovação. Os custos decorrentes desta operação de aluguel de peças será repassada à Contratante mediante comprovação de despesas, acrescidas de impostos e taxas legais.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O fornecedor dos serviços pretendidos devem atender as seguintes exigências:

- a) Estar localizado a uma distância máxima de 350 km de Aracaju/SE;
- b) Estar devidamente credenciado/autorizado a prestar manutenção com assistência técnica e fornecer peças, lubrificantes e acessórios dos motores fabricados pela Mercury, bem como dos Sistemas de Gerenciamento Eletrônico Mercury Axius Premier que engloba Manete Eletrônica, SmartCraft (medidores, telas e controles), pilotagem por Joystick e SkyHook (âncora eletrônica), possuindo técnicos treinados pelo fabricante;
- c) Possuir capacidade de prestar manutenção e fornecer peças, lubrificantes e acessórios dos motores Yamaha ou de subcontratar tais serviços;
- d) Possuir capacidade logística de prestar o serviço em Aracaju/SE, relacionada ao transporte, hospedagem e alimentação dos funcionários, bem como no fornecimento de ferramentas e equipamentos apropriados, proporcionando a execução do serviço de forma organizada e em condições de atendimento às normas técnicas e a legislação atinente à qualidade, salubridade, higiene e segurança;
- e) Utilizar peças e acessórios originais ou os recomendados pela fábrica de forma a assegurar garantia e assistência técnica sobre os serviços realizados.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.2. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;
- d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

4.2.3. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo parcialmente transcrito:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- f) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

4.3. Subcontratação

4.3.1. É admitida a subcontratação do objeto contratual para fins de manutenção dos motores de popa Yamaha e equipamentos sofisticados de navegação/comunicação/elétricos (radar, sonar ecobatímetro, GPS, rádio e gerador) e outros que requeiram mão de obra especializada, após a análise prévia e autorização por parte da Administração, que analisará relatório técnico encaminhado pela contratada e se manifestará sobre a conveniência ou não da sub-contratação.

4.3.2. Os equipamentos instalados nas embarcações tais como rádios de comunicação VHF/UHF, Radar, Global Position System (GPS), Ecobatímetro, Sirene, Giroflex, Bússola, Farol de Busca, Softwares, os quais oferecem condições ideais de segurança da navegação e navegabilidade, deverão ser vistoriados periodicamente e quando identificada eventual pane, a manutenção procederá conforme o manual do fabricante em assistência técnica especializada.

4.3.3. Os serviços subcontratados serão de responsabilidade da Contratada, bem como seu gerenciamento e atesto de garantia.

4.4. Garantia da contratação

Considerando que trata-se de contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão-de-obra não será exigida garantia contratual.

4.5. Vistoria

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços e das embarcações é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta- feira, das 09:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, sendo comprovado por Atestado de Vistoria.

4.5.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações e embarcações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços e das embarcações, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

4.5.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato.

5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3.1. Para cada prestação de serviço de manutenção solicitado pela contratante, a empresa contratada deverá submeter à autorização do fiscal do contrato o orçamento prévio, discriminando o tipo de serviço a ser realizado, o tempo homem/hora empregado (mão de obra), bem como as peças e acessórios necessários, com os respectivos valores a serem faturados.

5.1.3.2. O orçamento será elaborado mediante a completa análise pela CONTRATADA dos defeitos apresentados, da manutenção preventiva e/ou corretiva necessárias, ou através da indicação pela CONTRATANTE dos serviços desejados, não se eximindo a CONTRATADA, neste caso, de também efetuar sua avaliação, a fim de detectar outras anormalidades.

5.1.3.3. As partes elegerão a forma mais célere e eficiente para envio e resposta de aprovação do orçamento, que poderá ser através de mensagens telemáticas;

5.1.3.4. As manutenções serão autorizadas mediante emissão de Ordem de Serviço pelo Fiscal do Contrato lotado no GEPOM /DREX/SR/PF/SE em consonância com o plano de manutenção das embarcações e motores recomendado pelos fabricantes, bem como pela necessidade de serviços de natureza corretiva visando restabelecer as condições normais de navegabilidade e operação segura da frota.

5.1.3.5. O fiscal do contrato poderá questionar os preços das peças e insumos cujos valores estejam incompatíveis com os de mercado, baseado em pesquisa ampla de preços.

5.1.3.6. A rotina de trabalho será planejada pela empresa contratada e apresentada ao fiscal de Contrato, somente após aprovação deste os trabalhos serão iniciados.

5.1.3.7. Para os serviços de Manutenção Preventiva a contratada deverá apresentar, logo após a assinatura do contrato e da vistoria prévia das embarcações, o Plano de Manutenção prevendo os serviços, peças, mão-de-obra, etc., de acordo com as recomendações do fabricante contidas nos manuais das embarcações, bem como segundo diretrizes técnicas e demais inspeções determinadas pela Administração.

5.1.3.8. Os serviços de manutenção preventiva ocorrerão sempre nos intervalos regulares de acordo com as recomendações do fabricante, contidas nos manuais dos motores e catálogos das embarcações, compreendendo a manutenção, correção e a substituição de componentes com vida útil pré-determinada ou deteriorados pelo uso.

5.1.3.9. Como serviços de manutenção estão compreendidos:

- Troca de Filtros de água, óleo, combustível, ar e ar condicionado; elementos de filtro, suportes, peças de reposição do sistema de filtragem; abraçadeiras, mangueiros; pressurizadores, aquecedores, chaves, registros e válvulas;
- Limpeza de tanques de combustível, de óleo lubrificante e reservatórios de água; inspeção e substituição de mangueiras, tubulações e conectores; inspeção, substituição e manutenção de indicadores de nível de fluidos, boias, suspiros de tanques, juntas de vedação, correção de vazamentos; inspeção e substituição de terminais, sensores elétricos e eletrônicos, relés e fusíveis, inclusive os relacionados ao sistema de monitoramento de nível de fluidos;
- Troca de lubrificantes, fluidos e engraxamento: óleo de rabetas, reversores, cárter, solução de baterias, óleo hidráulico, complementação de óleo 2T (dois tempos); engraxamentos: do sistema de comando, governo, funeio, manetes, eixos, rabetas, reversores, engrenagens e eixos cardin, da cabeça de força e rabetas de motores de popa; carretas de reboque, eixos, molas, cubos de roda, catracas e cabos de aço;
- Reparo e manutenção da rede e sistema hidráulico: substituição de bombas de porão; de água de serviço; de água doce; bomba hidráulica de direção, automáticos de bombas, sistemas de arrefecimento, abraçadeiras, mangueiras, pressurizadores, torneiras, tubulação, caixas de detritos, aquecedores, chaves, conectores, correias, polias, registros e demais componentes do sistema;
- Manutenção de defensas, cabos de amarras, de reboque, funeio e poitas;
- Reparo e manutenção de casco e casario em fibra, obras vivas e mortas; para-brisas, palhetas, esguichadores e limpadores; cunhos, cabeços, abitas; limpeza de craca, baldeação, manutenção de hélices, troca de gaxeta, troca de anodo, eixos, flaps, trims, lemes;
- Manutenção em carpintaria naval e em passadiço, balaustrada, deck, guarda-mancebos, corrimão, caixas, capotas, tapeçarias, portas, janelas, espas, escotilhas; estofamento, abraçadeiras, tomadas e saídas de água, verdugo, bandeiras e outros;
- Serviços elétricos/eletrônicos de reparo, manutenção, substituição de instrumentos e acessórios de navegação: mostradores do painel de comando: rpm, velocidade, temperatura, amperagem, voltagem; baterias, gerador, carregador inteligente, velas, fusíveis, relés, linhas de transmissão, luzes de bordo e navegação, pressão de óleo, nível de combustível, trimagem, manetes, instrumentos de navegação: sonar, radar, gps, bússola, interfone, megafone, sirene, rádios SSB, rádio marítimo, Raymarine, Sistemas Smartcraft, Skyhook, Joystick, ar condicionado e outros;

- Manutenção mecânica preventiva e corretiva em motores náuticos a gasolina e a diesel, em todos os sistemas;
- Manutenção elétrica corretiva em cascos, casario e motores náuticos a gasolina e a diesel;
- Polimento com cera para o casco;
- Manutenção das carretas Rodoviárias e de encalhe;
- Manutenção nos dutos de aspirações, ralos e anodos de zinco e outros julgados necessários;
- Observar o vencimento dos materiais de salvatagem, atracação e de segurança e informar ao fiscal do contrato;
- Outros reparos decorrentes de quebras ou obsolescência de equipamentos e acessórios das embarcações.

5.1.3.10. Constatada qualquer discrepância nas embarcações que as torne não navegáveis em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima (NORMAN - Marinha do Brasil) ou que cause o mau funcionamento de quaisquer dos equipamentos presentes nas embarcações ou quebra de componentes, desgastes prematuros, danos de colisões, etc. ou mesmo algumas adaptações que permitam uma melhor e mais adequada utilização das mesmas em atividades táticas policiais, de mergulho e de tiro embarcado, constatadas desde a vistoria inicial ou, excepcionalmente, ao longo da execução do contrato, a Contratada deverá providenciar sua correção, após aprovação do orçamento pela contratante.

5.2. Cronograma de realização dos serviços

5.2.1. O tempo de resposta da contratada para fins de ciência da solicitação de manutenção corretiva emanada da contratante deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

5.2.2. O atendimento aos chamados referentes às manutenções corretivas deverão ocorrer num prazo máximo de 72 horas e a execução do serviço no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, caso contrário a contratada deverá apresentar comprovação das razões de impossibilidade de cumprimento deste prazo.

5.3 Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. O serviço será prestado, preferencialmente, nos seguintes endereços onde estão guardadas as embarcações, no horário comercial:

a) Marina Vila Goré, situada na Rodovia Ayrton Senna, 2350, Lote 05, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49.008-725;

b) Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB, Porto de Sergipe, Rodovia SE 266, Km 22, s/nº, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000.

5.3.2. No caso de sinistro emergencial com impossibilidade de remoção da embarcação para os endereços acima citados, a contratada deverá realizar a manutenção corretiva necessária à restauração da condição de navegabilidade das embarcações, onde estas estiverem.

5.4. Rotinas a serem cumpridas

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na forma a seguir estabelecida:

a) Todas as peças, materiais e acessórios que forem utilizadas na execução dos serviços deverão ser originais do fabricante, novas e não poderão, em hipótese alguma, serem utilizadas peças reconcondicionadas, salvo em casos excepcionais, em que haja comprovação que não existe qualquer possibilidade em adquirir peças novas. Esse tipo de ocorrência deve ser analisado previamente pelo Fiscal da CONTRATANTE e os valores a serem cobrados devem ser uma fração das peças novas análogas ao caso em questão;

b) O orçamento das peças deverá ser apresentado junto com o orçamento dos serviços;

c) No fornecimento das peças, quando possível, a Contratada deverá apresentar amostras ou protótipo das peças a serem adquiridas, para anuência da Contratante, afastando a possibilidade do material empregado ser de má qualidade;

d) Manter um controle por escrito de todo serviço e troca de peças (Livro de Bordo - Diário de Manutenção);

e) A contratada deve identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante;

e) A contratada deve refazer os serviços ou substituir peças, materiais e equipamentos considerados inadequados pela Administração, conforme recomendações do fabricante, bem como normas náuticas vigentes;

f) É de responsabilidade da contratada a manutenção e aquisição de todo material de salvatagem bem como EPI's náuticos para para uso embarcado pelos policiais do GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

5.4.2. A Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato, juntamente com a fatura, os comprovantes da origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo, se constituindo tal exigência como pré-requisito para aposição do Atesto das Notas Fiscais /Faturas que será de responsabilidade do Fiscal do Contrato.

5.4.3. Para que a operação da embarcação não sofra descontinuidade, no caso de atraso justificável no fornecimento das peças, a Contratada poderá alugar peças de reposição, tais como motor e componentes para aplicação na embarcação, desde que apresentado orçamento prévio para a devida aprovação. Os custos decorrentes desta operação de aluguel de peças será repassada à Contratante mediante comprovação de despesas, acrescidas de impostos e taxas legais.

5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. A demanda do órgão tem como base a contratação de serviços contínuos e especializados de manutenção preventiva e corretiva das embarcações da flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE e seus equipamentos e acessórios, com fornecimento de peças, ferramentas, materiais, insumos e equipamentos, conforme descrição a seguir:

Nº	Nome da Embarcação Inscrição na Marinha CP/SE	Ano de Fabricação	Estado	Especificações	Motores	Equipamentos
01	LPI - Lancha de Pronto Intervenção Nome de batismo: Jacundá 3410390260	2012	Razoável Apresenta necessidade constante de limpeza e regulagem dos carburadores e conserto do flexível em hypalon	Bote da marca Flex Boat, modelo SR 760, casco em fibra de vidro e flexível em hypalon, comprimento do casco 7,6m, boca medindo 3,15m, utilizado em patrulhamentos marítimos costeiros e fluviais.	02 motores Yamaha V6 de 200 HP cada, 2 tempos (gasolina e óleo).	GPS com Ecobatímetro, bússola, Rádio marítimo, antena VHF, Antena AIS, módulos de sirene e luzes policiais.
02	Lancha de Fiscalização Fluvial Nome de batismo: LFF 01 261M2023001639	2023	Nova	Lancha da marca GESPI feita sob encomenda para a Polícia Federal, casco em alumínio com comprimento de 6m e espessura de 4mm, utilizada em patrulhamentos fluviais e águas abrigadas.	01 motor Yamaha de 200HP, 4 tempos, à gasolina.	GPS com Ecobatímetro, bússola, Rádio marítimo, antena VHF, módulos de sirene e luzes policiais.

03	Lancha de Patrulhamento Costeiro Nome de batismo: LPC Interceptor 4830334495	2016	Semi Nova	Lancha da marca Brunswick, modelo Sea Ray Sundancer 395, casco em fibra de vidro com 12,80m de comprimento, boca medindo 3,7m, utilizada em patrulhamento marítimo costeiro e mar aberto.	02 motores Mercury de 350HP, de centro rabeta à diesel.	Radar, GPS, bússola, Sonar Ecobatímetro, rádio marítimo, Joystick para navegação, âncora eletrônica (Skyhook), gerador, boiler, televisão, forno microondas, grill elétrico, congelador, frigobares, fogão de indução, escada externa, tanque de combustível externo, camas, sofás, banheiro.
----	--	------	-----------	---	---	---

5.5.2. O aumento ou diminuição do número de embarcações componentes da flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE, durante a vigência do contrato, poderá acarretar alteração no consumo dos serviços e produtos para mais ou para menos e será considerada uma ocorrência natural a ser inserida ou subtraída do escopo do contrato, sem a necessidade de celebração de aditivos de valores. Tal fato não poderá onerar administração e o valor dos serviços, devendo a contratada fornecer os mesmos serviços e manter as mesmas condições contratuais contemporâneas às alterações da flotilha.

5.6. Especificação da garantia do serviço

5.6.1. Para todos os serviços de reparos mecânicos e/ou elétricos fica estabelecida a garantia mínima de 03 (três) meses, sem limite de horas de funcionamento.

5.6.2. Para todos os serviços de pintura fica estabelecida a garantia mínima de 06 (seis) meses, sem limite de horas de funcionamento.

5.6.3. Para peças, insumos, instrumentos, equipamentos etc., adquiridos no âmbito do contrato, a CONTRATADA deverá administrar a garantia junto ao fornecedor ou fabricante, não podendo repassar qualquer ônus a CONTRATANTE, em decorrência dessa garantia, estando obrigada a:

- Substituir o material defeituoso;
- Corrigir defeitos de fabricação;
- Trocar o material defeituoso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da comunicação da CONTRATANTE.

5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A Contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, indicar, por escrito, profissional responsável que atuará como ligação entre a contratada e o GEPOM/DREX/SR/PF/SE para o pronto acionamento da assistência, indicando telefones (fixo e móvel), endereço postal e eletrônico, sem prejuízo de outros meios, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. Nos casos de atendimento previamente agendados, o funcionário da Contratada deverá obrigatoriamente estar no local onde se encontrarem as embarcações no horário combinado, evitando atrasos injustificados.

6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7.2. Fiscalização Técnica

6.7.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2.3 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para as ocorrências desde que comprovada a excepcionalidade da situação, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de ocorrência de fato fortuito ou de força maior), conforme item 3.2 do Anexo VIII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

6.7.2.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.2.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.2.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.3. Fiscalização Administrativa

6.7.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.7.4. Gestor do Contrato

6.7.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.7.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.7.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.7.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.7.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.7.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.7.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis, dispostas na Lei 14.133/2021, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de dez (10) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.8. A fiscalização não efetuará o atesto da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de dez (10) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.13. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.14. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.15. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.16. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.17. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

9.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.3.1. o prazo de validade;

9.3.2. a data da emissão;

9.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.3.5. o valor a pagar; e

9.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

10.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = \left(\frac{6}{100} \right) I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

11.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

12.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

12.2. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

12.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos.

12.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado pela administração.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. Critérios de seleção do fornecedor

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor unitário da hora de serviço de manutenção especializada preventiva e corretiva de embarcações, acessórios e equipamentos.

14.2. Regime de execução

14.2.1 O regime de execução do contrato será o de Empreitada por Preço Unitário. Tal regime enquadra-se como o mais adequado devido às características do serviço de manutenção corretiva e preventiva, que, por sua natureza, não permite a precisa indicação dos quantitativos a serem efetivamente contratados;.

14.3. Exigências de habilitação

14.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.3.2 Habilitação jurídica

14.3.2.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.3.2.2. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.3.2.3.. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.3.2.4. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.3.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

14.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.3.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.3.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.3.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.3.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

14.3.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

14.3.5. Qualificação Técnica

14.3.5.1. Será exigida declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

14.3.5.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.3.5.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

14.3.5.4. Estar devidamente credenciado/autorizado a prestar manutenção com assistência técnica e fornecer peças, lubrificantes e acessórios dos motores fabricados pela Mercury, bem como dos Sistemas de Gerenciamento Eletrônico Mercury Axiu Premier que engloba Manete Eletrônica, SmartCraft (medidores, telas e controles), pilotagem por Joystick e SkyHook (âncora eletrônica), possuindo técnicos treinados pelo fabricante;

14.3.5.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.3.5.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

14.3.5.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 320.000,00

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) anuais, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	CATSER - CATMAT	Unidade de medida	Quantidade /ano	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Serviço de manutenção especializada preventiva e corretiva de embarcações, acessórios e equipamentos	16306	Hora de Serviço	400	400,00	160.000,00
	02	Fornecimento de Peças, equipamentos, insumos e acessórios náuticos e de manutenção naval	10568	Peças variadas	Diversas	160.000,00	160.000,00
		TOTAL					320.000,00

15.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do processo de contratação.

15.3. valores a serem provisionados para atender a demanda de serviços/peças/materiais são previsões máximas, portanto no caso de não haver a necessidades destes em alguma atividade a ser executada, não serão pagos.

15.4. O frete já está incluso no preço das peças e demais materiais.

15.5. O modelo proposto da licitação contempla um grupo no qual apenas o item de serviços fica habilitado a receber lances. A Administração deve orientar os participantes que o item relativo às PEÇAS/EQUIPAMENTOS precisa existir apenas para que seja possível à Administração constituir futuramente o empenho da despesa ao favorecido licitante vencedor do item serviço. Por tal motivo a necessidade da existência de dois itens reunidos em um único grupo é o de apenas atender às funcionalidades dos sistemas SIASG-SIAFI.

10. Adequação orçamentária**16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/200344;

II) Fonte de Recursos: 1000000000 Recursos Livres da União

III) Programa de Trabalho: N/I;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: PI PF99900AG24;

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

As informações tratadas nesse processo não são possuem restrição de acesso, conforme classificação constantes nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE FERNANDES BRITTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2024 às 20:45:46.

RONNI DEFAVERI LIMA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP8_2024 ultimo em 23-06-2024.pdf (126.07 KB)

Anexo I - ETP8_2024 ultimo em 23-06-2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 8/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08520.001985/2023-28

2. Descrição da necessidade

Trata-se de estudo iniciado em razão da necessidade de contratação de serviços de manutenção das embarcações com fornecimento de peças para a flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

Por determinação da Superintendente Regional em Sergipe, em consonância com as diretrizes dos órgãos centrais da PF e o Acórdão nº 1.431/2021 do Tribunal de Contas da União, o funcionamento e o reaparelhamento do Grupo Especial de Polícia Marítima de Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE é uma das prioridades dessa regional, visto que estava desativado há sete (07) anos e não cumpria sua função constitucional de policiamento marítimo, deixando de atuar na proteção e segurança da área portuária, marítima/costeira e fluvial do Estado.

O GEPOM/DREX/SR/PF/SE foi reativado em agosto de 2021 e inicialmente contava com apenas uma embarcação: um bote da marca Flexboat SR 760, fabricado em 2012, casco em fibra de vidro e flexível em hypalon, com 7,6 m de comprimento, com dois motores de popa Yamaha V6 de 200hp de 2 tempos, combustível: gasolina/óleo 2 tempos, que atualmente requer manutenção constante em seus dois motores (carburadores) e na estrutura inflável, devido à idade avançada. Esta embarcação tem por nome de registro: "Jacundá" e é utilizada em patrulhas marítimas costeiras e fluviais.

No segundo semestre de 2023, o GEPOM/SE recebeu uma Lancha de Fiscalização Fluvial - LFF, em estado de nova, casco em alumínio com 6 metros de comprimento, com apenas um motor de popa Yamaha de 200hp de 4 tempos, combustível: gasolina, cuja manutenção atual consiste, basicamente, na revisão periódica do motor e correções no sistema elétrico. Esta embarcação tem por nome de registro: LFF01 e é utilizada exclusivamente em patrulhas fluviais e águas abrigadas.

Em 24/06/2023, a flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE recebeu mais uma embarcação, por meio de autorização judicial de uso provisório de bens: a Lancha Brunswick Sea Ray Sundancer 395, em estado de semi-nova, construída em 2016, casco em fibra de vidro com 12 metros de comprimento, com dois motores de centro rabeta Mercury de 350hp, combustível: diesel, cuja manutenção consiste na revisão periódica dos motores e nos diversos equipamentos elétricos/eletrônicos à bordo. Esta embarcação tem por nome de registro: "LPC INTERCEPTOR" e é utilizada em patrulhas marítimas costeiras e no mar aberto.

Considerando que as referidas embarcações são bens de elevado valor e possuem aparelhos de navegação e equipamentos sofisticados e sensíveis (motores, radar, GPS, ecobatímetro, rádio, gerador, etc.) necessitam de manutenção corretiva e preventiva especializada, possibilitando seu uso operacional em condições de pronto emprego para o cumprimento das atribuições da Polícia Federal na área de atuação da unidade de polícia marítima da Superintendência Regional de Sergipe, bem como para a preservação patrimonial dos bens da PF.

O quadro do GEPOM/DREX/SR/PF/SE não possui profissional com conhecimentos e competências suficientes para a execução dos serviços descritos no objeto deste expediente. Considere-se ainda que os serviços de reparo e manutenção preventiva e corretiva, de ordem mecânica, elétrica e naval carecem de uma especialidade na sua execução, bem como de responsabilidade técnica de seu executor, lacunas estas que somente poderão ser providas a partir da contratação de empresa especializada, uma vez que tais atribuições não são competências do servidor policial.

Ante o exposto, verifica-se necessária e justificável a contratação de serviços especializados para prestação de serviços de manutenção/conserto das embarcações e equipamentos acessórios, com o fornecimento de peças, garantindo a disponibilidade e o desempenho dos equipamentos e dos sistemas náuticos de navegação e comunicação, por meio de serviços de reparos, avaliações de funcionamento, limpeza, substituição de componentes e peças, com a finalidade de resguardar-se de interrupções não previstas nas atividades do serviço público e a preservação dos bens públicos.

Cabe ressaltar que a contratação dos serviços de manutenção das embarcações do Grupo Especial de Polícia Marítima da SR/PF/SE, devido à essencialidade de seu objeto, equadra-se como de relevante interesse público, conforme art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, estando em consonância com a Lei nº 14.133/2021, não produzirá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e foram analisadas todas as opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GEPOM/DREX/SR/PF/SE	RONNI DEFÁVERI LIMA
GEPOM/DREX/SR/PF/SE	ANDRE FERNANDES BRITTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço de manutenção preventiva e corretiva das embarcações e seus equipamentos e acessórios, com fornecimento de peças, para a flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

O fornecedor dos serviços pretendidos deve atender as seguintes exigências:

- a) Estar localizado a uma distância máxima de 350 km de Aracaju/SE;
- b) Estar devidamente credenciado/autorizado a prestar manutenção com assistência técnica e fornecer peças, lubrificantes e acessórios dos motores fabricados pela Mercury, possuindo técnicos treinados pelo fabricante;
- c) Possuir capacidade de prestar manutenção e fornecer peças, lubrificantes e acessórios dos motores Yamaha ou de subcontratar tais serviços;
- d) Possuir capacidade logística de prestar o serviço em Aracaju/SE, relacionada ao transporte, hospedagem e alimentação dos seus funcionários, bem como no fornecimento de ferramentas e equipamentos apropriados, proporcionando a execução do serviço de forma organizada e em condições de atendimento às normas técnicas e a legislação atinente à qualidade, salubridade, higiene e segurança;
- e) Utilizar peças e acessórios originais ou os recomendados pela fábrica de forma a assegurar garantia e assistência técnica sobre os serviços realizados.

5. Levantamento de Mercado

Visando solucionar a demanda por serviços especializados de manutenção de embarcações e respectivos equipamentos náuticos foram levantados critérios de viabilidade técnica e custos e as possíveis soluções, conforme descrito no quadro a seguir:

Nº	DESCRIÇÃO	Resultado da análise
Solução 1	Manutenção do <i>status quo</i> atual, ou seja, que os serviços de manutenção de embarcações e troca de peças sejam feitos por meio do contrato de gerenciamento de frota nº 04/20222 mantido com a empresa PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial	Inviável, conforme relatado a seguir
Solução 2	Contratação de serviços e aquisição de peças por meio de adesão a Atas de Registro de Preços válidas e autorizativas à adesão	Inviável, conforme relatado a seguir
		Inviável, conforme

Solução 3	Aquisição de peças separada da contratação do serviço com a realização do serviço de manutenção das embarcações pela Marinha do Brasil	relatado a seguir
Solução 4	Contratação de empresa especializada em manutenção de embarcações, credenciada e autorizada a fornecer peças de reposição	Viável, conforme relatado a seguir

Primeira solução - manutenção do *status quo* atual, ou seja, que os serviços de manutenção e troca de peças sejam feitos por meio do contrato nº 04/2022 mantido com a empresa PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial.

Esta solução se mostrou inviável pelos seguintes motivos:

Em novembro/2023, no bojo do Processo 08520.003200/2023-51, observou-se que seria mais vantajoso economicamente contratar os serviços de manutenção de viaturas prestado pela empresa PRIME por meio da Ata de Registro de Preços nº 16 /2023, recém lavrada, decorrente do Pregão Eletrônico nº PE 09/2023-CGAD/DLOG/PF, visto que o desconto obtido (15%) seria maior que o do Contrato atual nº 04/2022 (11%).

Entretanto, ocorreu uma sub avaliação da quantia que foi informada pela UTRAN/SELOG/SR/PF/SE para o SETRAN/DIFRO /CGAD/DLOG, quando do levantamento de informações referentes à previsão de gastos anuais com manutenção de viaturas (peças e mão-de-obra) para embasar a realização do PE nº 09/2023-CGAD/DLOG/PF, pois, atualmente, o contrato 04/2022 envolve a cifra de R\$ 300.000,00 (R\$ 90.000,00 serviços e R\$ 210.000,00 peças) e o Pregão Eletrônico nº 09/2023-CGAD/DLOG /PF destinou para a SR/SE apenas R\$ 166.305,60 (R\$ 73.656,00 em serviços e R\$ 92.649,60 em peças), valores brutos, sem considerar o desconto contratual.

Desta forma, o SELOG/SR/PF/SE alertou que o contrato a ser celebrado não permitirá a realização dos serviços de manutenção de embarcações sob qualquer hipótese, sob pena de esgotamento contratual em tempo recorde, pois, mesmo aditivando o novo contrato em 25%, o valor atingiria a cifra de R\$ 207.882,00 (duzentos e sete mil oitocentos e oitenta e dois reais) e seria capaz de atender apenas a manutenção dos veículos terrestres.

Nesse diapasão, o SELOG/SR/PF/SE sugeriu que o GEPOM/DREX/SR/PF/SE desse prosseguimento ao presente processo (08520.001985/2023-28), com vistas à contratação específica de serviços para manutenção de embarcações.

Adicionalmente, cabe ressaltar que o contrato atual de manutenção de veículos/flotilha nº 04/2022, mantido com a PRIME, é inadequado para a manutenção das embarcações do GEPOM/DREX/SR/PF/SE, visto que:

- a) Por envolver uma empresa intermediadora na contratação e pagamento do prestador do serviço, o contrato com a PRIME encarece em aproximadamente 30% os serviços prestados pelos fornecedores, visto que o desconto contratual aplicado no orçamento e as taxas administrativas cobradas do fornecedor são usualmente repassadas, por dentro do preço, à PF;
- b) A PRIME demora, em média, três meses para pagar ao fornecedor após o faturamento, gerando grande insatisfação no mercado para se credenciar com a mesma e aceitar sua intermediação;
- c) O Sistema da PRIME não funciona de forma eficiente, havendo grande dificuldade dos fornecedores no seu credenciamento, na inclusão de orçamentos no sistema e na inclusão da Nota Fiscal, aumentando ainda mais o prazo de recebimento;
- d) A comunicação com a PRIME é bastante deficitária, não há pronta resposta às dúvidas e inconsistências do sistema, deixando os clientes sem domínio completo da operacionalização do mesmo;
- e) O mercado náutico de Aracaju/SE é muito restrito, há pouquíssimos fornecedores de serviços de manutenção e fornecimento de peças para embarcações, sendo que a maioria deles não tem nenhum interesse em se credenciar na PRIME ou já foi credenciado e desistiu, devido aos problemas anteriormente relatados.
- f) Considerando que as embarcações do GEPOM/DREX/SR/PF/SE não são utilizadas em operações em outros estados da federação, não há necessidade de contratação de uma empresa gerenciadora de manutenção da flotilha que possa atender em todo o país, basta a contratação de um fornecedor qualificado que esteja próximo à Aracaju/SE e que realize as manutenções preventivas e corretivas e forneça as peças necessárias, de forma rápida e eficiente.

Segunda solução - Contratação de serviços e aquisição de peças por meio de adesão a Atas de Registro de Preços válidas

A adesão a Atas de Registro de Preços não foi viável tecnicamente, uma vez que não foi encontrada nenhuma Ata para esse tipo de serviço que abranja os Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe.

Terceira solução - Aquisição de peças separada da contratação do serviço com a realização de manutenção das embarcações pela Marinha do Brasil

Os fornecedores de peças de motores Mercury e Yamaha só comercializam suas peças por meio de oficinas credenciadas e autorizadas. Considerando que as embarcações da flotilha do GEPOM/SE são de fabricantes diversos, bem como seus motores, necessitaria de diversos processos licitatórios para a aquisição de peças e componentes, o que seria inviável para a logística da SR/PF/SE.

Além disso, as empresas deste segmento de manutenção adquirem peças de embarcações em quantidade superior às necessidades de uma determinada unidade demandante, podendo obter preços mais reduzidos que a Administração devido à economia de escala.

Ademais, a Marinha do Brasil - Capitania dos Portos em Sergipe já manifestou que não possui disponibilidade de militares técnicos para atender tal demanda.

Quarta solução - Contratação de empresa especializada em manutenção de embarcações, credenciada e autorizada a fornecer peças de reposição e insumos diversos

Diante do exposto, a opção que atenderia aos critérios técnicos, econômicos e de eficiência, de forma simultânea, é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção de embarcações que seja autorizada ao fornecimento de peças junto ao fabricante juntamente com os demais insumos..

Nesses moldes, a contratação se mostrará eficiente na medida em que possibilita as melhores práticas de solução dos problemas técnicos das embarcações, possibilitando o controle da aquisição das peças diretamente com o prestador de serviço, assim como a necessidade de eventual subcontratação, sem os problemas decorrentes da intermediação de "gestores externos" de contratos.

Tendo em vista que as embarcações constituem ferramentas indispensáveis a realização das atribuições do órgão, sendo imprescindível que estejam sempre em condições satisfatórias de utilização, certo é que a interrupção ou descontinuidade dos serviços de manutenção das embarcações prejudicará a realização de tarefas afetas à atividade-fim do órgão, diante do que se torna evidente a necessidade de uma contratação de natureza continuada.

Cabe ressaltar que outras Superintendências regionais já possuem contratos específicos para manutenção de sua frota náutica, como o exemplo da SR/PF/PE (Processo SEI 08400.009770/2019-35), SR/PF/AP (Processo SEI 08361.000114/2020-14), NEPOM/DPF/STS/SR/SP (08504.010926/2017-09) e SR/PF/ES (08285.009039/2019-73).

A princípio, a licitação que se pretende realizar dar-se-á na modalidade Pregão Eletrônico onde haverá um único grupo e dois itens: 1 - serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva e 2 - Fornecimento de Peças, conforme detalhado no quadro a seguir:

Grupo	Item	Descrição	CATSER - CATMAT	Unidade de medida	Quantidade horas/ano	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Serviço de manutenção especializada preventiva e corretiva de embarcações, acessórios e equipamentos	16306	Hora de Serviço	400		
	02	Fornecimento de peças, equipamentos, insumos, acessórios náuticos e de manutenção naval	10568	Peças Embarcação	Diversas		

Tal agrupamento é justificado pelas particularidades apresentadas pelo objeto, uma vez que seria impossível prever quais peças poderiam ser necessárias a cada manutenção, principalmente corretiva, com a antecedência mínima que as modalidades licitatórias convencionais requerem para sua realização, tendo em vista que o mercado náutico não tem a mesma disponibilidade do automotivo que apresenta uma gama de fornecedores de peças para pronto atendimento das demandas.

Sabendo que “Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por grupo, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si” conforme define decisão acerca de agrupamento em lote do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 5260/2011 – 1º Câmara, licitar os dois itens num só grupo é uma opção acertada. Os itens 1 e 2 que são objetos desta licitação (serviços e peças) são necessários para a realização de todas as atividades de manutenção requeridas, portanto guardam relação entre si.

Considerando que o mercado de prestação de serviços de manutenção de embarcações com assistência técnica autorizada e fornecimento de peças náuticas é bastante restrito na região nordeste e que as embarcações que compõem a flotilha do GEPOM /DREX/SR/PF/SE são totalmente distintas, de fabricantes diferentes, opta-se pelo agrupamento dos itens, não havendo portanto o parcelamento por não apresentar-se vantajoso e tornar-se inviável ao pleno funcionamento do GEPOM.

A opção por item único para os serviços de manutenção naval preventiva e corretiva se faz pela conveniência e economia na gestão, gerenciamento e controle na execução dos serviços, bem como pela inviabilidade técnica operacional na contratação de mais de um fornecedor para serviços similares.

A presente contratação adotará como regime de execução por Preço Unitário. Tal regime enquadra-se como o mais adequado devido às características do serviço de manutenção corretiva e preventiva, que, por sua natureza, não permite a indicação dos quantitativos a serem efetivamente contratados.

O modelo proposto da licitação contempla um grupo no qual apenas o item de serviços fica habilitado a receber lances. A Administração deve orientar os participantes que o item relativo às PEÇAS/EQUIPAMENTOS precisa existir apenas para que seja possível à Administração constituir futuramente o empenho da despesa ao favorecido licitante vencedor do item serviço. Por tal motivo a necessidade da existência de dois itens reunidos em um único grupo é o de apenas atender às funcionalidades dos sistemas SIASG-SIAFI.

Ante o exposto, a equipe de contratação limitou-se a orçar apenas o valor da hora do serviço de manutenção náutico preventivo /corretivo, conforme explanado a seguir.

O mercado de serviços especializados de manutenção de embarcações com fornecimento de peças é bastante restrito no Estado de Sergipe, contando apenas com uma única empresa - Ary Náutica, CNPJ 02.531.950/0001-78, autorizada a prestar assistência técnica e revender peças do fabricante Mercury em Sergipe e Alagoas, entretanto referido fornecedor informou (34137407) que não tem interesse em participar da licitação, pois só pretende prestar serviços de manutenção de motores Mercury, não querendo se responsabilizar por serviços subcontratados em outras áreas (motores Yamaha, elétrica, eletrônica, fibra de vidro, etc).

Os demais prestadores de serviços de manutenção náutica em Aracaju são geralmente pessoas físicas que não possuem certificação da empresa Mercury, tampouco Yamaha.

Já em Salvador e Simões Filho/BA, há duas empresas credenciadas pelo fornecedor Mercury que já foram visitadas pelos policiais do GEPOM/DREX/SR/PF/SE com a finalidade de conhecer suas capacidades técnicas e operacionais, sendo constatado que poderiam prestar tais serviços: a Val Náutica - CNPJ 34.035.887/0001-75 e a Alfamar - CNPJ 14.917.660/0001-46.

Conforme item IV do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, a pesquisa direta com no mínimo três fornecedores foi realizada e o resultado é detalhado na Tabela a seguir:

Fornecedor	Valor da hora de manutenção preventiva ou corretiva - R\$	Documento de Referência	Observações
Alfamar - Salvador /BA	480,00	34134611	
Val Náutica - Simões Filho/BA	420,00	34134397	
Náutica Maceió - Alagoas	-		Não respondeu a pesquisa
Regatta - Rigel - Salvador/BA	-	34089017	Informou que não poderá participar
MF Náutica - Salvador/BA	-	34089078	Informou que não poderá participar
Ary Náutica - Aracaju /SE	-	34137407	Informou que não tem interesse em participar

Conforme item II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, foram consultadas contratações similares feitas pela Administração Pública, com base no Sistema Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br>), o qual a Polícia Federal possui uma licença de uso, tendo obtido os seguintes dados:

			Valor da hora	
--	--	--	----------------------	--

Licitação /Data	Órgão	Objeto	de manutenção preventiva ou corretiva - R\$	Documento Referência
SRP 08 /2023 29/05 /2023	Centro de Munição da Marinha do Brasil	<p>SERVIÇOS BÁSICOS - Fornecimento de horas de trabalho de mão de obra especializada em mecânica naval, para a realização de manutenção básica, preventiva e corretiva, das embarcações do Centro de Munição da Marinha, em motores de combustão a diesel ou gasolina.</p> <p>SERVIÇOS ESPECIALIZADOS– Fornecimento de horas de trabalho de mão-de-obra especializada em elétrica, mecânica e estrutura naval, em nível de engenharia ou técnico naval, para a manutenção, preventiva e corretiva das embarcações do Centro de Munição da Marinha com motores de combustão a diesel ou gasolina e cascos em fibra, alumínio, ferro, madeira, semi-rígido ou qualquer outro material, incluindo socorro-guincho/reboque 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana para as embarcações do Centro de Munição da Marinha, conforme demanda.</p> <p>Horas Ofertadas: 1.920 horas</p>	<p>Valor referencial estimado - serviço básico: 390,00</p> <p>Valor referencial estimado - serviço especializado = 490,00</p> <p>Valor contratado serviços básico = 101,19</p> <p>Valor contratado serviços especializado = 181,27</p>	34134754
SRP 06 /2023 10/04 /2023	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk da Marinha do Brasil	<p>SERVIÇOS BÁSICOS Mão de obra especializada em mecânica naval, para a realização de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, das embarcações do CIAW, em motores de combustão a diesel ou gasolina.</p> <p>SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - Mão-de -obra especializada em elétrica, mecânica e estrutura naval, em nível de engenharia ou técnico naval, para a manutenção preditiva, preventiva e corretiva das embarcações do CIAW com cascos em fibra, alumínio, ferro, madeira, semi-rígido ou qualquer outro material.</p> <p>Horas Ofertadas: 12.290 horas</p>	<p>Valor referencial estimado - serviço básico: 225,00</p> <p>Valor referencial estimado - serviço Especializado = 333,30</p> <p>Valor contratado serviços básico = 174,00</p> <p>Valor contratado serviços especializado = 183,00</p>	34134788
SRP 001 /2023 13/07 /2023	Comando da Marinha,	Hora/Homem a ser calculada na prestação de serviços de manutenção preventiva ou corretiva em embarcações que utilizam motores Mercury/Mercruiser, no Município de Macaé /RJ	<p>Valor referencial estimado: 330,67</p> <p>Valor contratado = 315,00, corrigido pelo</p>	34089518

	Capitania dos Portos de Macaé	Horas Ofertadas: 400 horas	IPCA até jan /2024 - R\$ 321,70	
--	-------------------------------	----------------------------	---------------------------------	--

Foram consultados, também, o valor da hora de manutenção praticada nos contratos de manutenção de embarcações de outras unidades de Polícia Marítima da Polícia Federal, sendo apurado o que se segue:

Unidade	Quantidade de Horas Contratada	Valor da hora de manutenção preventiva ou corretiva contratada, já corrigida pelo IPCA até janeiro/2024, em R\$	Documento Referência
NEPOM /SR/PF /PE	3.000 sem distinção	114,18	34134880
GEPOM /SR/PF /AP	84 preventiva Oiapoque 84 corretiva Oiapoque 240 preventiva Amapá 240 corretiva Amapá	Preventiva e corretiva Oiapoque - 316,31 Preventiva e corretiva Amapá - 237,43	34134905
NEPOM /SR/PF /SP	1.200h de serviço de manutenção geral preventiva e corretiva 300h de serviço de manutenção especializado preventivo e corretivo	Serviço Básico R\$ 169,68 Serviço Especializado R\$ 188,34	34089658
NEPOM /SR/PF /ES	480h serviço básico preventivo e corretivo 360h de serviço especializado preventivo e corretivo	Serviço Básico - 348,46 Serviço Especializado - 348,86	34089796

Com base nas cotações acima e seguindo o disposto do Art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, foram considerados os preços contratados cuja quantidade de horas fosse similar às horas previstas que se pretende contratar (400h/ano), sendo apurado o valor médio conforme tabela a seguir:

Nº	Descrição	Instituição	Valor médio da hora atualizada até jan/2024 pelo IPCA - R\$
01	Cotação fornecedor Alfamar - 400 horas /ano	-	480,00
02	Cotação fornecedor Val Náutica - 400 horas/ano	-	420,00
03	Segundo Termo Aditivo Contrato 12 /2021 - 420 horas/ano (média)	NEPOM/DREX/SR/PF/ES	348,66
04	SRP nº 001/2023 de 13/07/2023, com 400 horas/ano	Comando da Marinha, Capitania dos Portos de Macaé	321,70
		MÉDIA	392,59

Ante o exposto, o valor médio da hora de manutenção náutica especializada de natureza preventiva e corretiva foi calculada em R\$ 392,59 (trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos), na data base Janeiro/2024. Considerando que a previsão de realização da licitação ocorrerá em abril de 2024, arredondamos o valor para **R\$ 400,00 (quatrocentos reais) já considerando uma previsão de variação do IPCA dos meses de fevereiro, março e abril.**

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviços contínuos e especializados de manutenção preventiva e corretiva das embarcações da flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE e seus equipamentos e acessórios, com fornecimento de peças, ferramentas, materiais, insumos e equipamentos.

Os pré-requisitos da contratação estão previstos no item 4.

Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada e sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, sendo considerados imprescindíveis para o pleno desempenho das atribuições típicas de polícia marítima e que, se interrompidos, comprometerão a segurança e a continuidade satisfatória da prestação do serviço público.

Considerando que trata-se de contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão-de-obra não será exigida garantia contratual.

O prazo de contratação será de sessenta (60) meses, após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de cento e vinte (120) meses.

A manutenção abrangerá serviços de inspeção ou conserto nas áreas de: mecânica, elétrica, eletrônica, fibra de vidro, flexíveis (híalon ou PVC) e pintura, bem como conserto, regulagem e configuração de equipamentos de navegação e comunicação (radar, sonar ecobatímetro, GPS, rádio e antenas).

É admitida a subcontratação do objeto contratual para fins de manutenção dos motores de popa Yamaha e equipamentos sofisticados de navegação/comunicação/elétricos (radar, sonar ecobatímetro, GPS, rádio e gerador) e outros que requeiram mão de obra especializada, após a análise prévia e autorização por parte da Administração, que analisará relatório técnico encaminhado pela contratada e se manifestará sobre a conveniência ou não da sub-contratação.

Os serviços subcontratados serão de responsabilidade da Contratada, bem como seu gerenciamento e atesto de garantia.

Entende-se como equipamentos e acessórios das embarcações: as carretas rodoviárias ou de rodoencalhe, motores, rabetas, transom, flap's, hélices, baterias, quadros e chaves elétricas, carregadores/conversores elétricos inteligentes, gerador, boiler, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, sistemas de: navegação, som, direção, exaustão, iluminação, ventilação, hidráulicos, ancoragem, escapamento, trim, peças de atracação (olhais, cordas, bóias, correntes, guinchos, âncoras, defensas, mosquetões, trincos, mancais, ganchos, cunhos, dobradiça, manilha, abraçadeira, alça, amortecedor, fechaduras, destorcedores) e Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

A contratada deverá disponibilizar todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, tais como: lubrificantes, graxas, anticorrosivos, correias, componentes, colas, vedantes, solventes, tintas, ceras, lixas, pincéis, lona plástica de isolamento para pintura, protetores para limpeza de motores, anodos, filtros, tubos, detergentes, dentre outros inerentes à manutenção da embarcação e necessários ao pleno funcionamento da flotilha, bem como todas as ferramentas e equipamentos necessários para realização desses serviços.

A Contratada deverá apresentar Termo de Ciência e Termo de Manutenção de Sigilo das informações obtidas, quando da assinatura do Contrato em atendimento aos requisitos de segurança e privacidade.

O serviço será prestado, preferencialmente, nos seguintes endereços onde estão guardadas as embarcações:

a) Marina Vila Goré, situada na Rodovia Ayrton Senna, 2350, Lote 05, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49.008-725;

b) Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB, Porto de Sergipe, Rodovia SE 266, Km 22, s/nº, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000.

No caso de sinistro emergencial com impossibilidade de remoção da embarcação para os endereços acima citados, a contratada deverá realizar a manutenção corretiva necessária à restauração da condição de navegabilidade das embarcações, onde estas estiverem.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços e das embarcações é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta- feira, das 09:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, sendo comprovado por Atestado de Vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações e embarcações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços e das embarcações, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para cada prestação de serviço de manutenção solicitado pela contratante, a empresa contratada deverá submeter à autorização do fiscal do contrato o orçamento prévio, discriminando o tipo de serviço a ser realizado, o tempo homem/hora empregado (mão de obra), bem como as peças, acessórios e insumos necessários, com os respectivos valores a serem faturados.

As manutenções serão autorizadas mediante emissão de Ordem de Serviço pelo Fiscal do Contrato lotado no GEPOM/DREX/SR /PF/SE em consonância com o plano de manutenção das embarcações e motores recomendado pelos fabricantes, bem como pela necessidade de serviços de natureza corretiva visando restabelecer as condições normais de navegabilidade e operação segura da frota.

O fiscal do contrato poderá questionar e não aceitar os preços das peças e insumos cujos valores estejam incompatíveis com os de mercado, baseado em pesquisa ampla de preços.

A rotina de trabalho será planejada pela empresa contratada e apresentada ao fiscal de Contrato, somente após aprovação deste os trabalhos serão iniciados.

Os serviços devem ser prestados de forma imediata após a assinatura do contrato, da seguinte forma:

Serviços de Manutenção Preventiva:

A Contratada deverá apresentar, logo após a assinatura do contrato e da vistoria prévia, Plano de Manutenção prevendo os serviços, peças, mão-de-obra, etc, de acordo com as recomendações do fabricante contidas nos manuais das embarcações, bem como segundo diretrizes técnicas e demais inspeções determinadas pela Administração.

Os serviços de manutenção preventiva ocorrerão sempre nos intervalos regulares de acordo com as recomendações do fabricante, compreendendo basicamente a substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como óleo, elementos do filtro, correias, limpeza de casco com raspagem de fundo para remoção de cracas e algas, passadiço, lubrificações, etc, conforme relação a seguir que não é exaustiva:

Rotinas de Manutenção preventiva:

- a) Manutenção de casco em doca seca e, se necessário, fazer a raspagem das obras vivas das embarcações;
- b) Manutenção das cabines, estofados, partes exteriores, capotas e metais de atracação;
- c) Manutenção do deck em madeira, fibra, cromados e metais;
- d) Polimento com cera para o casco;
- e) Troca (quando necessária) e polimento do hélice;
- f) Manutenção do nível de óleo do motor e outros;
- g) Verificação das luzes de bordo e equipamentos elétricos;
- h) Verificação da carga das baterias;
- i) Manutenção dos porões e da casa de máquinas;
- j) Lubrificação de rodas e eixos de carretas;

- k) Manutenção do sistema de ar condicionado, caso existente;
- l) Verificar as aspirações, ralos e anodos de zinco e outros julgados necessários;
- m) Manutenção nas vigias e vedações, limpadores de pára-brisa, esquadrias e atracadores;
- n) Executar troca de lâmpadas, conserto em sirene, troca de cabos elétricos, baterias e outros equipamentos;
- o) Observar o vencimento dos materiais de salvatagem, atracação e de segurança e informar ao fiscal do contrato;
- p) Desmontar e verificar o eixo dos hélices do motor e se necessário, lavar com detergente neutro e lubrificar.

Serviços de Manutenção Corretiva:

Constatada qualquer discrepância nas embarcações que as torne não navegáveis em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima (NORMAN - Marinha do Brasil) ou que cause o mau funcionamento de quaisquer dos equipamentos presentes nas embarcações ou quebra de componentes, desgastes prematuros, colisões, etc. ou mesmo algumas adaptações que permitam uma melhor e mais adequada utilização das mesmas em atividades táticas, de mergulho e de tiro embarcado, constatadas desde a vistoria inicial ou, excepcionalmente, ao longo da execução do contrato, a Contratada deverá providenciar sua correção, após aprovação do orçamento pela contratante.

Como MANUTENÇÃO CORRETIVA a Contratada deverá realizar as ações elencadas a seguir, cuja relação não é exaustiva:

- a) Reparos nos cascos, estruturas e coberturas das embarcações para sanar danos provenientes de choques mecânicos;
- b) Reparos na parte elétrica, incluindo Gerador, nos indicadores do Painel de comando, no sistema de rádio, radar e de navegação;
- c) Reparos nos motores de propulsão conforme diretrizes dos fabricantes, incluindo toda a parte mecânica e hélices;
- d) Reparos no sistema de ar condicionado (caso existente), incluindo limpeza ou substituição dos filtros;
- e) Carga em baterias elétricas ou substituição das mesmas;
- f) Reparos nos sistemas de bombeamento de água salgada e doce;
- g) Substituição, caso necessário, de filtros, fluidos e lubrificantes;
- h) Reparos em vazamento de combustíveis e óleos lubrificantes da embarcação;
- i) Reparo no verdugo de proteção lateral;
- j) Substituição de peças defeituosas das carretas Rodoviárias e de encalhe;
- m) outros reparos decorrentes de quebras ou obsolescência de equipamentos e acessórios das embarcações.

A Contratada deverá, no ato da assinatura do contrato, indicar, por escrito, profissional responsável que atuará como ligação entre a contratada e o GEPOM/DREX/SR/PF/SE para o pronto acionamento da assistência, indicando telefones (fixo e móvel), endereço postal e eletrônico, sem prejuízo de outros meios.

O tempo de resposta da contratada para fins de ciência da solicitação de manutenção corretiva emanada da contratante deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

O atendimento aos chamados referentes às manutenções corretivas deverão ocorrer num prazo máximo de 72 horas e a execução do serviço no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, caso contrário a contratada deverá apresentar comprovação das razões de impossibilidade de cumprimento deste prazo.

Nos casos de atendimento previamente agendados, o funcionário da Contratada deverá obrigatoriamente estar no local onde se encontrarem as embarcações no horário combinado, evitando atrasos injustificados.

Caso a contratada não possua base operacional em Aracaju/SE, as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos funcionários designados devem ser incluídas na quantidade de horas a serem faturadas para a efetivação da prestação do serviço.

Para todos os serviços de reparos mecânicos e/ou elétricos fica estabelecida a garantia mínima de 03 (três) meses, sem limite de horas de funcionamento.

Para todos os serviços de pintura fica estabelecida a garantia mínima de 06 (seis) meses, sem limite de horas de funcionamento.

Caso a Contratada necessite remover as embarcações ou seus componentes para execução dos serviços em outro local, a remoção será realizada por conta e risco da Contratada, inclusive no que concerne aos riscos de içamento e transporte.

Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na forma a seguir estabelecida:

- a) Todas as peças, materiais e acessórios que forem utilizadas na execução dos serviços deverão ser originais do fabricante, novas e não poderão, em hipótese alguma, serem utilizadas peças reconcondicionadas, salvo em casos excepcionais, em que haja comprovação que não existe qualquer possibilidade em adquirir peças novas. Esse tipo de ocorrência deve ser analisado previamente pelo Fiscal da CONTRATANTE e os valores a serem cobrados devem ser uma fração das peças novas análogas ao caso em questão;
- b) O orçamento das peças deverá ser apresentado junto com o orçamento dos serviços;
- c) No fornecimento das peças, quando possível, a Contratada deverá apresentar amostras ou protótipo das peças a serem adquiridas, para anuência da Contratante, afastando a possibilidade do material empregado ser de má qualidade;
- d) Manter um controle por escrito de todo serviço e troca de peças (Livro de Bordo - Controle de Manutenção);
- e) A contratada deve identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante;
- e) A contratada deve refazer os serviços ou substituir peças, materiais e equipamentos considerados inadequados pela Administração, conforme recomendações do fabricante, bem como normas náuticas vigentes;
- f) É de responsabilidade da contratada a manutenção e aquisição de todo material de salvatagem bem como EPI's náuticos para uso embarcado pelos policiais do GEPOM-SE.

A Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato, juntamente com a fatura, os comprovantes da origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo, se constituindo tal exigência como pré-requisito para aposição do Atesto das Notas Fiscais/Faturas que será de responsabilidade do Fiscal do Contrato.

Para que a operação da embarcação não sofra descontinuidade, no caso de atraso justificável no fornecimento das peças, a Contratada poderá alugar peças de reposição, tais como motor e componentes para aplicação na embarcação, desde que apresentado orçamento prévio para a devida aprovação. Os custos decorrentes desta operação de aluguel de peças será repassada à Contratante mediante comprovação de despesas, acrescidas de impostos e taxas legais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Serviços contínuos e especializados de manutenção preventiva e corretiva das embarcações da flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE e seus equipamentos e acessórios, com fornecimento de peças, ferramentas, materiais, insumos e equipamentos, que atualmente possui a composição descrita a seguir:

Nº	Nome Inscrição na Marinha CP/SE	Ano de Fabricação	Estado	Especificações	Motores	Equipamentos
01	LPI - Lancha de Pronta Intervenção Nome de batismo: Jacundá	2012	Razoável Apresenta necessidade constante de limpeza e regulagem dos carburadores	Bote da marca Flexboat, modelo SR 760, casco em fibra de vidro e flexível em hypalon, comprimento do casco 7,6 m, boca medindo 3,15m, utilizado em	02 motores Yamaha V6 de 200 HP cada, 2 tempos	GPS com Ecobatímetro, bússola, Rádio marítimo, antena VHF, Antena AIS, módulos de sirene e luzes policiais.

	3410390260		e conserto do flexível em hypalon	patrulhamentos marítimos costeiros e fluviais.	(gasolina e óleo).	
02	Lancha de Fiscalização Fluvial Nome de batismo: LFF 01 261M2023001639	2023	Nova	Lancha da marca GESPI feita sob encomenda para a Polícia Federal, casco em alumínio com comprimento de 6m, utilizada em patrulhamentos fluviais e águas abrigadas.	01 moto de 200HP, 4 tempos à gasolina.	GPS com Ecobatímetro, bússola, Rádio marítimo, antena VHF, módulos de sirene e luzes policiais.
03	Lancha de Patrulhamento Costeiro Nome de batismo: LPC Interceptor 4830334495	2016	Semi Nova	Lancha da marca Brunswick, modelo Sea Ray Sundancer 395, casco em fibra de vidro com 12m de comprimento, boca medindo 3,7m, utilizada em patrulhamento marítimo costeiro e mar aberto.	02 motores Mercury de 350HP, de centro rabeta à diesel.	Radar, GPS, bússola, Sonar Ecobatímetro, rádio marítimo, Joystick para navegação, gerador, boiler, televisor, forno microondas, grill elétrico, congelador, frigobares, fogão de indução, escada externa, tanque de combustível externo, camas, sofás, banheiro.

O aumento ou diminuição do número de embarcações componentes da flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE durante a vigência do contrato será considerada uma ocorrência natural a ser inserida ou subtraída do escopo do contrato, sem a necessidade de celebração de aditivos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 320.000,00

O levantamento de preços de mercado foi realizado segundo as diretrizes da IN SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

Com base nos cálculos efetuados no Item "6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO", o valor estimado da contratação é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) ao ano, conforme detalhado no quadro a seguir:

Grupo	Item	Descrição	CATSER - CATMAT	Unidade de medida	Quantidade /ano	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Serviço de manutenção especializada preventiva e corretiva de embarcações, acessórios e equipamentos	16306	Hora de Serviço	400	400,00	160.000,00
	02	Fornecimento de Peças, equipamentos, insumos e acessórios náuticos e de manutenção naval	10568	Peças de Embarcações	Diversas	160.000,00	160.000,00
		TOTAL					320.000,00

Os valores a serem provisionados para atender a demanda de serviços/peças/materiais são previsões máximas, portanto no caso de não haver a necessidades destes em alguma atividade a ser executada, não serão pagos.

O frete já está incluso no preço das peças e demais materiais.

O modelo proposto da licitação contempla um grupo no qual apenas o item de serviços fica habilitado a receber lances. A Administração deve orientar os participantes que o item relativo às PEÇAS/EQUIPAMENTOS precisa existir apenas para que seja possível à Administração constituir futuramente o empenho da despesa ao favorecido licitante vencedor do item serviço. Por tal motivo a necessidade da existência de dois itens reunidos em um único grupo é o de apenas atender às funcionalidades dos sistemas SIASG-SIAFI.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme o constatado no item "5 - ANÁLISE DAS SOLUÇÕES", considerando que o mercado de prestação de serviços de manutenção de embarcações com assistência técnica autorizada e fornecimento de peças náuticas é bastante restrito na região nordeste e que as embarcações que compõem a flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE são totalmente distintas, de fabricantes diferentes, opta-se pelo agrupamento dos itens, não havendo portanto o parcelamento por não apresentar-se vantajoso e tornar-se inviável à gestão de diversos contratos que prejudicaria o pleno funcionamento do GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito da Superintendência de Polícia Federal em Sergipe não há contratações correlatas ou interdependentes, ou seja, contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda está alinhada ao Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027, e o Plano Tático-Operacional Orientado a Resultado-Chave PTO-KR/DIREX/PF-2024/2025, Objetivo Estratégico 1 - Enfrentar a criminalidade com Eficiência; Obejtivo Tático Operacional 1.5.1 - Ampliar e qualificar o apoio operacional tático oferecido às unidades da PF; Iniciativa Tático Operacional vinculada: J - Elaborar plano de contratação de equipamentos e serviços específicos das unidades de apoio operacional.

A demanda já encontra-se devidamente inserida no Plano de Contratações Anuais - PCA/2024 da unidade (UG 200344), Id pca PNCP: 00394494000136-0-000009/2024, identificador do item no PCA: 125 - Serviço de manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos e 126 - Embarcações Pequenas.

A contratação está em alinhamento com o PCA da unidade, com o objetivo institucional de realizar o policiamento marítimo e o emprego de bens e recursos materiais está alinhado à política de aparelhamento e modernização da Polícia Federal.

Declaramos que foi observado o princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho em atendimento ao disposto no Art. 40, V, "a", da Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tem por objetivo prover a manutenção, bem como a operacionalidade das embarcações de uso do GEPOM /DREX/SR/PF/SE possibilitando seu pleno funcionamento, visando o cumprimento das atribuições constitucionais da Polícia Federal, nos termos do Artigo 144 da CRFB/88, e a preservação do patrimônio público e de bens judiciais autorizados ao uso pela Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

Após a contratação será necessário a designação dos fiscais do contrato via Portaria, bem como que sejam orientados na atividade de fiscalização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade:

Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;
- d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo parcialmente transcrito:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- d) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- f) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – MPOG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

O planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas.

Os benefícios pretendidos são adequados e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade.

Os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE FERNANDES BRITTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2024 às 19:27:13.

RONNI DEFAVERI LIMA

Membro da comissão de contratação